

O objetivo deste trabalho foi analisar as publicações brasileiras que abordaram a questão ambiental na literatura contábil no período de 1991 a 2004. Para esse fim, além da revisão bibliográfica, foi feita uma classificação quanto ao tipo de pesquisa e proposta de cada autor, procurando verificar se a tendência de publicação desse assunto está em consonância com o que tem sido publicado em outros países. A análise de livros, dissertações e teses, assim como artigos publicados nos principais periódicos da área contábil, anais de eventos recentes que envolveram toda a classe, permitiu concluir que o esforço por parte dos pesquisadores brasileiros é grande para que a variável ambiental seja incorporada pelas empresas.

O Balanço Social como instrumento de evidenciação de responsabilidade social: um estudo no estado de Santa Catarina

Anacleto Laurino Pinto e Maisa de Souza Ribeiro

O Balanço Social é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das organizações. Este instrumento, que vem sendo amplamente discutido, fornece dados aos usuários da informação contábil a respeito das políticas internas voltadas à promoção humana de seus empregados e à qualidade de vida nas organizações; da formação e distribuição da riqueza; da postura das entidades em relação ao meio ambiente; e das contribuições espontâneas à comunidade. No Brasil, sua elaboração ainda não é obrigatória e não existem modelos e indicadores oficiais de divulgação. Entretanto, um número cada vez maior de entidades de diversos setores está adotando tal prática, entre elas, as indústrias analisadas no presente trabalho. Este estudo fez uma revisão dos conceitos e indicadores do referido relatório e, fundamentalmente, avaliou o conteúdo das informações que estão sendo fornecidas pelas maiores indústrias (maiores de acordo com o número de empregados) do estado de Santa Catarina. A pesquisa mostrou que o Balanço Social vem sendo bastante difundido entre as empresas estudadas, porém, em modelos diferentes; os indicadores divulgados são os mais variados; há ausência de algumas informações relevantes; os dados são de apenas dois períodos, fazendo com que os Balanços Sociais deixem de propiciar aos usuários uma utilidade mais ampla.

Os mais recentes desenvolvimentos da Contabilidade Pública em Portugal

José Joaquim Marques de Almeida, Ph.D e Maria da Conceição da Costa Marques, M.B.A

O Sector Público é constituído por diversas organizações, cuja natureza se caracteriza por um grau elevado de heterogeneidade. Com efeito, encontramos nestas organizações determinadas características específicas, em especial, no que se prende com a responsabilidade, com o lucro, com o mercado e com os custos. Para avaliar o sistema de objectivos destas organizações, recorre-se à utilização de indicadores como a economia, a eficiência e a eficácia. Assiste-se, num curto espaço de tempo, a mudanças na informação contabilística do Sector Público, porquanto se passa de uma Contabilidade Pública rígida e formal, para uma Contabilidade dinâmica, de características mais abrangentes, que excede a simples verificação da legalidade e a prestação de contas.

Observação: Texto originário de Portugal.

Importância da participação do contador no processo de implantação de Sistemas Integrados de Gestão: um estudo de caso

Célio Roberto I. Oliveira, Mércia Fernandes Vasconcelos
e Orientador: Professor Dr. Aldemar de Araújo Santos

O avanço tecnológico e as novas exigências do mercado levam as empresas a procurarem, cada vez mais, a maximização dos resultados e a racionalização de seus processos. Uma das ferramentas usadas, atualmente, é o Sistema Integrado de Gestão – *Enterprise Resources Planning* (ERP) –, que tem como função principal a otimização dos processos operacionais, o que abre espaço para que o profissional de contabilidade auxilie no processo de tomada de decisões. Este artigo objetiva mostrar o importante papel que o contador tem na implantação, no desenvolvimento e na estabilização desse tipo de sistema, bem como na disponibilização de informações mais rápidas, seguras e tempestivas para os processos decisórios da empresa. Inicialmente, fez-se uma revisão bibliográfica em que se verificaram os principais aspectos relacionados a esses tipos de sistemas e, em seguida, foi realizado um estudo de caso em empresa que implantou ERP. Por meio do estudo realizado, concluiu-se que é importante a participação efetiva do profissional de contabilidade na implantação de tais sistemas e que os mesmos são ferramentas que permitem às empresas compartilharem dados e uniformizarem processos de negócios, produzindo e utilizando informações em tempo real.

A Contabilidade Societária como mecanismo de acompanhamento da gestão pública: um modelo de reestruturação das Demonstrações Patrimoniais

Adelbã de Cunha Macedo e Jeanderson Geraldo Mendonça de Oliveira

A Contabilidade Pública atual não fornece informações suficientes e oportunas para o controle da gestão pública. Além daquelas de caráter econômico-financeiro sistematizadas quanto ao tempo e à natureza, há outras informações que precisam ser incorporadas e levadas em consideração. O setor público precisa rever os seus padrões não só em nível de gestão, mas também no processamento das informações contábeis e respectiva publicidade perante a sociedade. O presente artigo propõe a construção de um novo modelo de representação do patrimônio público, a partir da elaboração das Demonstrações Patrimoniais, enfocando o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais da esfera municipal, tomando como parâmetro os critérios aplicáveis à Contabilidade das sociedades anônimas. Parte-se da premissa que a legislação societária consegue satisfazer às necessidades informacionais de seus principais usuários (investidores) com maior transparência e rigor aos princípios contábeis, universalmente, aceitos e a Teoria da Contabilidade. Pretende-se, especificamente, analisar o grau de transparência da Contabilidade Pública compilada segundo o novo modelo proposto e, com isso, avaliar sua aderência ao entendimento de sua principal usuária: a sociedade. Como objetivo amplo, espera-se possibilitar uma maior conscientização política e o exercício pleno da cidadania.